

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.382.559 - MS
(2018/0276258-9)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : FARIDES GUARDIANO SILVEIRA
ADVOGADO : DIOGO PAQUIER DE MORAES E OUTRO(S) - SP310430
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

FARIDES GUARDIANO SILVEIRA agrava de decisão que inadmitiu o recurso especial interposto, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul** (Apelação n. 0020336-32.2011.8.12.0001).

Nas razões do recurso especial, o recorrente apontou a violação dos arts. 155 e 386, VII, do Código de Processo Penal. Sustentou que os indícios produzidos em inquérito não foram confirmados sob o crivo do contraditório e que uma vez presente dúvida quanto à autoria delitiva, a absolvição é medida que se impõe (fls. 309-338).

A insurgência foi inadmitida no juízo prévio de admissibilidade em virtude da incidência da Súmula n. 7 do STJ (fls. 349-352). No agravo em recurso especial, o agravante alega ser desnecessário o reexame de provas (fls. 358-387).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso (fls. 407-408).

Decido.

O agravante foi condenado a 2 anos de reclusão, em regime aberto, mais 10 dias-multa, por incursão no art. 304, c/c o art. 297, do Código Penal. A reprimenda foi substituída por duas restritivas de direitos.

A Corte de origem negou provimento à apelação da defesa, porquanto (fls. 299-301, grifei):

Da análise dos autos verifica-se que os pedidos não comportam acolhimento, pois **os elementos de convicção existentes no caderno processual** são suficientes para dar suporte à condenação de ambos os apelantes.

Adriano Chastel Lima, funcionário do DETRAN/MS,

declarou que o apelante Idecesar, no dia dos fatos, acompanhado de um despachante, tentou tirar 2ª via do veículo HRC-5077, registrado em nome de seu pai, mesmo sabendo que não poderia, pois minutos antes já havia tentado, oportunidade em que lhe foi orientado que para fazer tal procedimento somente seria possível com a assinatura do proprietário do veículo, o pai do apelante, ou mediante procuração. Segundo a testemunha, o acusado Idecesar assinou em lugar de seu pai, o proprietário do veículo (f. 14 e 47).

O apelante Idecesar declarou que, diante da necessidade de regularizar a documentação do veículo, e em razão de seu pai não se encontrar na cidade, **encontrou o corréu Farides que orientou acerca das providências para resolver a situação, e juntos elaboraram o documento**, assinando-o em lugar do pai, na frente de Farides (f. 16/17). Na delegacia, disse que não assinou o documento e nem sabia se Farides o havia assinado, mas para não prejudicá-lo, assumiu a culpa, dizendo ter sido ele quem assinou (f. 71/73).

O apelante Farides Guardiano Silveira disse que entregou a Idecesar o documento em branco (CGV – cadastro geral de veículo), a fim de colher a assinatura de seu pai, e após cerca de 40 minutos, Idecesar voltou com o documento já assinado.

Negou ter presenciado Idecesar assinar referido documento (f. 19). Na delegacia, reafirmou dizendo que não sabia que Idecesar havia falsificado o documento, assinando em lugar de seu pai (f. 58).

Em juízo (mídia referente audiência de f. 174/178), colheu-se as declarações de Luiz Giroletta, depoimento da testemunha Adriano Chastel Lima e os interrogatórios dos apelantes Idecesar Giroletta e Farides Guardiano Silveira.

Luiz Giroletta, pai do acusado Idecesar, disse que não assinou o documento, fornecendo material para perícia com sua assinatura e de não se lembrar do que exatamente ocorreu em relação à documentação que seu filho preparou para emissão de segunda via do registro do veículo, constando sua assinatura.

A testemunha Adriano Chastel Lima, responsável pelo setor no DETRAN/MS que cuida dos fatos aqui em análise, confirmou a versão apresentada na fase policial, ou seja, de ter esclarecido ao apelante Idecesar da impossibilidade de dar entrada no documento para fins

de emissão de 2ª via, sem a assinatura do proprietário do veículo (seu pai), e mesmo assim, minutos depois, referido documento encontrava-se assinado, sabendo-se que o pai de Idecesar, por afirmação deste, não estava na cidade.

Interrogados, o apelante Idecesar Giroletta negou ter assinado o documento, bem assim ter desconhecimento de quem teria assinado. Farides Guardiano Silveira também negou a acusação, afirmando, entretanto, que havia entregue a documentação a Idecesar que devolveu assinado.

A materialidade é inquestionável. A conclusão dos laudos periciais de f. 36/41 e 96/102 indica que a assinatura que consta do documento de f. 09, com fins de emissão de segunda via no DETRAN/MS, não partiu do punho do proprietário do veículo, Sr. Luiz Giroletta, e sim do apelante Farides Guardiano Silveira. Presente aí, a prova da autoria, atribuída a ambos os apelantes, pois sem dúvida alguma Idecesar anuiu a tal fraude, tanto que, na condição de filho do proprietário, e sabendo que o pai não estava na cidade, como ele próprio afirmou, não poderia haver outra alternativa, senão com assinatura falsa.

Logo, usaram um documento público falso, como é o caso do formulário do DETRAN/MS, para alcançar uma vantagem, que seria a segunda via do DUT – Documento Único de Transferência, à revelia do proprietário do veículo, infringindo o disposto pelo art. 304 do Código Penal.

[...]

Tais elementos, como se pode notar, revelam-se suficientes para ensejar sentença condenatória, **não se havendo falar em ausência de provas e menos ainda em atipicidade de conduta**, devendo, por isso, ser mantida a sentença que bem analisou os fatos e aplicou o direito ao caso em análise. Ficou em evidência a participação de ambos os apelantes na falsificação e uso do referido documento para a tentativa de emissão da documentação pretendida.

[...]

Segundo o artigo 155 do Código de Processo Penal, o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida sob a égide do contraditório judicial. Isto significa dizer que os elementos de prova produzidos no inquérito policial possuem validade relativa, e para

assumirem condições de auxiliar na busca da verdade real devem ser confirmados em juízo. E isso foi confirmado pela testemunha que notou a irregularidade e acompanhou os fatos.

Do excerto transcrito, constato que a Corte estadual, após minuciosa análise do acervo fático-probatório carreado aos autos, concluiu pela existência de elementos concretos e coesos a ensejar a condenação do agravante pelo crime imputado.

A autoria e a materialidade foram devidamente comprovadas por laudo pericial e prova testemunhal, ratificada em juízo, não havendo, portanto, que se falar em violação dos arts. 155 e 386, VII, do CPP.

Nestas circunstâncias, rever o entendimento firmado no acórdão demandaria a incursão no conjunto fático-probatório delineado nos autos, procedimento vedado nesta esfera, a teor da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

1. O Tribunal de origem, após a análise dos elementos colhidos no curso da ação penal, concluiu que o caderno processual ostenta provas aptas para condenar o recorrente pelos crimes de falsificação de selo ou sinal público e uso de documento falso que lhe foram imputados pela denúncia, destacando que a materialidade e autoria do denunciado ficou demonstrada pelas provas dos autos.

2. A desconstituição do julgado para se operar a absolvição pretendida pela defesa demandaria o revolvimento do material probante dos autos, providência exclusiva das instâncias ordinárias e vedada a este Sodalício no âmbito do recurso especial, conforme entendimento expresso no Enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

[...]

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp n. 1717036/PE, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 31/8/2018).

À vista do exposto, **conheço do agravo para**, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **não conhecer do recurso especial**.

Publique-se e intímem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Relator

